

POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE).

Mariana de Lucca Greter (PIC/UEM), Maria Eunice França Volsi (Orientadora). E-mail: mefvolsi@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

Ciências Humanas /Educação

Palavras-chave: Políticas Públicas; Formação Docente; Plataformização.

RESUMO

O projeto em questão buscou investigar as políticas de formação inicial e continuada de professores para atuar na Educação Especial (EE) e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), baseando-se em documentos legais oficiais nacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho de Educação (CNE), estes que norteiam os rumos da Educação Inclusiva no Brasil. Além disso, o estudo também visou analisar o uso de plataformas digitais no processo de formação dos respectivos professores, principalmente, a partir da Pandemia da Covid-19. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental e bibliográfica. Objetivou-se, portanto, averiguar se as orientações e diretrizes estipuladas nesses documentos oficiais, são, de fato, colocadas em prática, através de políticas e ações que possibilitem sua implementação, com a oferta de formação educacional apropriada aos docentes que atuam na EE e, ainda, compreender a utilização e a influência das plataformas digitais no percurso de formação desses profissionais. Ao final do trabalho concluiu-se que as próprias orientações nacionais encaminham a formação continuada dos profissionais de EE e AEE às plataformas digitais, fator intensificado após a Pandemia da Covid-19, levando em conta que este é um meio mais barato, acessível e aligeirado, favorecendo o ingresso no mercado de trabalho. Dessa forma, através dos resultados obtidos, considera-se que as políticas e ações estabelecidas nos documentos oficiais estão longe de se materializar, tendo em vista que as práticas de formação inicial e continuada de professores para a EE mostram-se ainda insuficientes.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta os principais resultados do projeto de iniciação científica intitulado “Políticas para formação inicial e continuada de professores para atuação na Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado” desenvolvida no âmbito do Grupo de estudos em políticas educacionais, gestão e financiamento da

educação (GEPEFI/CNPq). A Educação Especial é uma modalidade de ensino que transpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação, consubstancialmente no ensino regular, público, gratuito e de qualidade. Contudo, foi apenas na década de 1960, com a promulgação da LDB nº 4.024/61, que pela primeira vez a educação dos portadores de necessidades especiais passa a adquirir visibilidade e amparo legal. A partir de então, o atendimento às pessoas com deficiência começa a ser inserido nas políticas públicas educacionais brasileiras (Corrêa, 2004).

Sob este íterim, era preciso que houvesse uma política de formação de professores para atuar com esse público que passou a integrar o contexto educacional brasileiro. Consequentemente, em 1972, temos uma formação a nível superior para Educação Especial como habilitação do curso de Pedagogia (Michels, 2017). Entretanto, é somente na década de 1990 que a EE começa a ser considerada uma modalidade de educação, oficialmente definida com o Parecer CNE/CB nº 17/2001, presente na Resolução CNE/CEB nº 2/2001, de 11 de setembro de 2001, que Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Fernandes, 2010).

Nessa perspectiva, tendo em vista a relevância da temática e a recente compreensão da Educação Especial como modalidade de ensino, o presente estudo visou investigar as políticas para formação inicial e continuada de professores para atuar na Educação Especial (EE) e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), baseando-se nos documentos legais oficiais nacionais, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), e nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho de Educação (CNE). Além disso, levando em consideração o contexto pandêmico e pós-pandêmico decorrente da Covid-19, também buscou analisar o uso de plataformas digitais no processo de formação dos referidos docentes.

Através da pesquisa documental e bibliográfica de referências gerais e específicas sobre a temática em questão e partindo do referencial teórico do Materialismo Histórico-Dialético, foram selecionados alguns documentos desenvolvidos pelo MEC e o CNE, que normalizam e orientam a elaboração de políticas para formação de docentes para a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado. Ademais, contamos com o aporte de pesquisas e estudos de autores que tratam da questão e colaboram para a elucidação do objeto investigado.

A referida pesquisa foi estruturada em quatro tópicos principais que organizam o estudo e trazem de forma cronológica os acontecimentos. O primeiro tópico, dividido em dois subtópicos, abarca o contexto histórico e o percurso transcorrido para a formação de docentes no Brasil, sobretudo para atuar na EE e no AEE. O segundo trata dos documentos elaborados pelo MEC e pelo CNE destinados à formação de professores na EE e no AEE. O tópico subsequente trata das ações brasileiras para formação de professores para o AEE e a EE. Por fim, o último traz as plataformas digitais que oferecem formação continuada para docentes da EE e AEE.

Sendo assim, o estudo objetivou averiguar se as orientações e diretrizes determinadas nos documentos oficiais nacionais analisados são, de fato, colocadas em prática, por meio de políticas e ações que viabilizem sua implementação, através da formação educacional adequada aos profissionais que atuam na EE e, ainda,

compreender a influência e a utilização das plataformas digitais nesse processo formativo que se intensificou após a Pandemia da Covid-19.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa teve como aporte teórico o Materialismo Histórico-Dialético, que a partir da realidade histórica-concreta e da totalidade visou compreender as implicações dos documentos oficiais nacionais e da plataformização, consubstancialmente, após o contexto pandêmico causado pela Covid-19, no processo de formação de docentes para a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado, em vista da relevância da Educação Inclusiva e a formação para atender essa necessidade.

A metodologia utilizada foi a pesquisa documental e bibliográfica de referências gerais e específicas sobre a temática em questão. Assim sendo, foram selecionados alguns documentos produzidos pelo MEC e CNE, a partir da promulgação da LDB nº 9.394/96, que normatizam e orientam o desenvolvimento de políticas de formação docente para a EE e o AEE, bem como, pesquisas e estudos de autores que tratam da questão e contribuem para a elucidação do objeto investigado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao final da pesquisa foi possível atestar que as próprias orientações nacionais encaminham a formação dos profissionais da Educação Especial e do Atendimento Educacional Especializado às plataformas digitais, condição que se intensificou após a Pandemia da Covid-19, considerando que este é um meio mais acessível, aligeirado e barato, de forma a favorecer o ingresso no mercado de trabalho. Dessa maneira, através dos resultados obtidos, consideramos que as políticas e ações definidas nos documentos oficiais estão longe de se concretizar, uma vez que as práticas de formação inicial e continuada de docentes para a Educação Especial mostram-se ainda insuficientes.

CONCLUSÕES

Ao término do estudo foi possível inferir, por meio da análise das políticas e ações de formação inicial e continuada de professores para atuar na Educação Especial e no Atendimento Educacional Especializado, que ainda temos um longo trajeto a percorrer em busca da Educação Inclusiva e da adequada formação dos profissionais para atuar com o público alvo da Educação Especial.

Constatamos, através da pesquisa, que as próprias orientações nacionais direcionam a formação dos profissionais da EE e do AEE às plataformas digitais, condição que se intensificou após a Pandemia da Covid-19. Todavia, as plataformas listadas no estudo, dentre outras, não garantem ou asseguram que o usuário está capacitado para atuar na área que fez o curso de formação, bem como não é reconhecido pelo Ministério da Educação.

Dessa forma, é necessário que sejam inseridos nos cursos de licenciatura a nível superior, essencialmente no curso de Pedagogia, mais disciplinas que contemplem em seu currículo a Educação Especial, tal como estágios supervisionados, cursos e projetos de extensão, Libras, Sistema Braille e afins, de maneira que os acadêmicos saiam da graduação com o mínimo de conhecimento sobre a EE.

Assim sendo, por meio dos resultados obtidos, julgamos que as políticas e ações estipuladas nos documentos oficiais estão longe de se concretizar, uma vez que as práticas de formação inicial e continuada de docentes para a EE mostram-se ainda insuficientes.

Acreditamos, para mais, que a pesquisa não finda aqui suas discussões, entretanto, possibilitou significativas contribuições para a temática da formação de professores para a EE e o AEE, além das discussões sobre a plataformização do ensino. Aspiramos que mais estudos possam ser desenvolvidos nesta perspectiva, de forma que sejam elaboradas abundantes políticas e ações em prol da Educação Inclusiva. Juntos, continuamos lutando e “esperançando” por uma educação de qualidade, gratuita, igualitária, democrática e inclusiva a todos os nossos educandos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus e Nossa Senhora, por me sustentarem até aqui; aos meus pais, pela oportunidade de poder me dedicar integralmente aos estudos; à minha orientadora, por toda paciência e zelo que teve para comigo; ao grupo de pesquisa ao qual faço parte, Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI/CNPq); e ao Programa de Educação Tutorial de Pedagogia (PET Pedagogia), ao qual sou bolsista, por contribuir com minha formação acadêmica e humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.394/96**. Aprova as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado, 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 2**, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001.

CORRÊA, Nesdete Mesquita. A Educação Especial no Brasil dos Anos 1990: Um Esboço de Política Pública no Contexto da Reforma do Estado. **ANPED**, Rio de Janeiro, 2004.

FERNANDES, Odair Antonio. A Educação Especial diante das Reformas da Educação Profissional. In: Hasper, Ricardo; Ribeiro, Roseli do Rocio Gomes; Silva, Sergio Aguilar. (Org.). **O professor PDE e os desafios da escola pública paranense**: produção didático pedagógica, 2008. 1ed. Curitiba: SEED-Pr, 2011, v. 2, p. 1-23.

32º Encontro Anual de Iniciação Científica
12º Encontro Anual de Iniciação Científica Júnior



23 e 24 de Novembro de 2023

MICHELS, Maria Helena (organizadora). **A formação de professores de Educação Especial no Brasil: propostas em questão.** Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2017.